

ESPLANADA GERAL

“Repercussão negativa”

O Presidente da República vetou o artigo 90 da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que previa reajuste linear para todos os servidores em 2006. O índice seria de cerca de 4%, com impacto financeiro de R\$ 1,9 bilhão. Quais os argumentos?

No Diário Oficial, Lula alega que “o dispositivo se traduz em indexação dos gastos da União com pessoal e encargos sociais com inequívoca repercussão negativa sobre as contas públicas”.

O Ministro Paulo Bernardo completa: “A política do governo é conceder reajustes diferenciados por categoria”. Eles dizem que essa é a maneira de “corrigir as distorções” e “beneficiar os salários mais baixos”. Quem eles vão enganar com essa conversa?

Será que um ridículo reajuste de 4% para os servidores públicos, cujo custo é de R\$ 1,9 bilhão, é motivo para toda essa alarmante “repercussão negativa nas contas públicas”? Se fosse assim, bastaria lembrar que o governo deu R\$ 3 bilhões para os latifundiários do “tratoração”. E para os empresários foram mais de R\$ 4 bilhões de isenções fiscais na “MP do Bem”. E para os banqueiros, são três anos de lucros excepcionais!

Ao contrário de vetar o reajuste da LDO, a obrigação do governo é estender para todos os 15% que ele vai ser obrigado a conceder aos servidores do Legislativo.

A concentração de renda no Brasil se acentua, montanhas de dinheiro se acumulam nos bolsos dos magnatas de sempre. Mas não é por causa dos servidores ou

do serviço público. Muito ao contrário, é por causa das escolhas políticas feitas pelo próprio governo (nunca é demais lembrar que essa é a raiz, a origem e a razão de ser do mar de lama de corrupção, dos mensalões e mensalinhos, que envolvem o Congresso Nacional).

**Para corrigir as distorções:
Plano de Carreira Já!
Salário Mínimo do Dieese!**

Se o governo de fato estivesse interessado em corrigir distorções, ele já teria atendido aos anseios e reivindicações dos servidores pela implantação de Planos de Carreira. E,

melhor ainda, decretaria imediatamente o salário mínimo do Dieese como piso salarial da categoria. Fora disso, o discurso da “correção das distorções” é manobra do governo para dividir a categoria, jogar os servidores uns contra os outros visando a manter a famigerada “po-

lítica econômica”, herda-da de FHC.

Está marcada para esta segunda-feira (26.09), reunião da Mesa Nacional de Negociação. Os servidores estão atentos aos seus resultados. E não vão cair nas armadilhas montadas pelo governo para desviar as atenções e dividir a categoria.



Servidores defendem GEAP

Comissão formada por representantes do Sindsep-DF e de outras 11 entidades de classe foi recebida em audiência, na quinta-feira, dia 22.09, pelo ministro Valmir Campelo, relator do processo da GEAP – Fundação de Seguridade Social – no Tribunal de Contas da União - TCU. A audiência é resultado de um ato realizado na quarta-feira, dia 21.09, em frente ao TCU, com a participação de 400 pessoas.

A ação contra a GEAP, impetrada pelas operadoras privadas de planos de saúde, questiona a legalidade dos convênios da GEAP com os órgãos públicos, alegando que eles não foram contratados por

meio de licitação. No entanto, embora de direito privado, a GEAP é uma fundação pública e, por esta razão, está impedida de participar de concorrências públicas.

Conclusão, a ganância dos tubarões da medicina privada pode provocar um aumento de mais de 100% no valor dos planos de saúde dos servidores, pois o serviço passaria a ser disponibilizado por empresas privadas. Assim, os servidores que hoje pagam entre R\$ 60 e R\$ 200, de acordo com a sua remuneração, passariam a pagar entre R\$ 300 e R\$ 600, com as mensalidades sendo ajustadas de acordo com a faixa etária.

O Sindsep-DF convoca todos os servidores a se mobilizarem em defesa da GEAP, participando de um novo ato nesta quarta-feira, dia 28.09, às 14h, em frente ao TCU, quando os convênios serão julgados.

Bacen: a unidade não está à venda, a greve continua!

Na sexta-feira, dia 23.09, quase quatro meses depois da entrega da pauta de reivindicações, uma Assembleia com mais de 800 servidores avaliou a primeira proposta recebida do governo.

Após os informes das entidades sindicais (Sindsep-DF, Sinal, Sintbacen), uma livre e rica discussão, com 29 oradores, consolidou a posição do funcionalismo: a proposta do governo foi declarada insuficiente e rejeitada por unanimidade. A greve continua!

Essa decisão, também adotada nas Regionais do BC nos estados, afasta a tentativa do governo de dividir a categoria, como era, claramente, a intenção da proposta rejeitada.

Mateiro, o governo tentou jogar os técnicos contra os analistas, prometendo atender a reivindicações específicas

do setor, pendentes desde a campanha salarial de 2004. E também quis separar os comissionados dos demais, acenando com importantes correções no valor de algumas comissões (mas sem vinculá-las ao vencimento básico). Para o conjunto, ínfimas variações no salário base, de modo que toda a proposta não representa mais que 5,5% de impacto médio na folha, conforme o próprio governo.

Para o plano de saúde, a medida lembrada foi continuar a responsabilizar os servidores pela cobertura de eventuais déficits por meio da armadilha da "contribuição paritária".

Durante a negociação, ficou claro que o desconto dos dias parados poderia ter sido evitado se houvesse disposição da própria direção do Banco. Mas ela, ao contrário, utiliza o desconto como arma contra o movimento. Er-



rou, pois a greve está forte e deve crescer.

Valorização do serviço público

Depois das vitoriosas campanhas de 2003 e 2004, quando conseguiram manter a paridade ativo/aposentado e bloquear a implantação da "gratificação de desempenho", os

servidores do Bacen estão ainda mais organizados e conscientes do seu papel.

A luta pela recomposição salarial é a luta em defesa dos serviços públicos, que os sucessivos governos pretendem sacrificar no altar do "mercado". O sindicato são os próprios servidores. Sua independência frente a todos os partidos e todos os governos é um

patrimônio a ser preservado, contra toda tentativa de destruição, venha de onde vier.

Nesta terça-feira, está prevista uma nova rodada de negociação para a qual a categoria se prepara. No fechamento desta edição, avaliava-se a possibilidade de apresentar antecipadamente uma contraproposta ao governo.

Ministério dos Transportes

Os servidores do Ministério dos Transportes têm procurado o Sindsep-DF para externar sua preocupação com a demora na instalação da Mesa Setorial de Negociação Permanente - MSNP. Os servidores lembram sempre que o DNIT já conseguiu o seu Plano, mas temem que, ao contrário de tantos outros órgãos, a Mesa do Ministério dos Transportes não inicie os trabalhos este ano e a discussão do Plano de Car-

reira fique postergada, mais uma vez.

Apesar do MT alegar que aguarda apenas autorização do Ministério do Planejamento para instalar a MSNP, o próprio MP já declarou que a instalação depende unicamente do órgão. O Planejamento informou ainda que a discussão do Plano de Carreiras independe da instalação da Mesa Setorial, mas da composição da bancada governamental, que deve ser nomeada pelo

ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento. A Condsef já apresentou os membros da bancada sindical, conforme estabelece o regulamento próprio. Para garantir que os acordos sejam cumpridos, o Sindsep-DF tem participado de todas as reuniões de negociação, inclusive as que tratam da instalação da Mesa Setorial no MT, e estimulado os servidores a manter a mobilização nos seus órgãos.

Liminares contra corte de ponto

Ao contrário da Advocacia Geral da União - AGU, que ignorou as liminares concedidas pela Justiça em vários

estados suspendendo o corte de ponto durante a greve, o Ministério da Fazenda cumpriu decisão judicial e não des-

contou os dias parados dos técnicos da Receita Federal, que realizam greves desde o início de julho.

ENTREVISTA – SEXTA CULTURAL

O cantor e compositor pernambucano Geraldo Lima será uma das atrações do Projeto Sexta Cultural, no próximo dia 07 de outubro. Com 20 anos de carreira, o músico adota os mais diversos ritmos regionais em seus shows, incluindo clássicos da MPB e forró. "Acredito que assim eu cumpro o verdadeiro papel da arte, que é de difundir a cultura brasileira e, ao mesmo tempo, educar o cidadão", comenta.

Um cantor itinerante, apaixonado pela diversidade cultural brasileira, Geraldo Lima se orgulha de ter podido morar em cidades tão diferentes. Após sair de Arco Verde (PE), sua cidade natal, residiu em Recife, Olinda, Maceió, Itabuna e Porto Seguro (BA), Rio de Janeiro, Fortaleza, São Paulo, somente para citar algumas.

Em Brasília, o músico já fez história em bares da cidade e também já se apresentou no Círculo Operário do Cruzeiro, além de ter participado de edições anteriores do Sexta Cultural.

Embora ainda trabalhe na divulgação do seu último CD, já tem planos para a gravação do próximo. "Uma das faixas será Meu Povo, cuja letra foi censurada pelo Regime Militar, que a considerou subversiva demais para a época", comenta.

Além de Geraldo Lima, a próxima edição do Sexta Cultural, no Espaço do Servidor, contará também com a animação do Trio Siridó.



Sexta Cultural
07 de outubro
a partir das 18h30
Espaço do Servidor

Expediente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212- 1900. Conselho Editorial: Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Joel de Oliveira, Marta Rosângela e Carlos Henrique – Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP / Cia Propaganda – Fotos: MI Management – Projeto Gráfico e Diagramação: Ronaldo Alves RP 5103 DRT/DF – Secretária: Meicar Carvalho Campos – Tiragem: 10.000 – Impressão: Intergraf